

A formação do PIB

AJ10.903

Angelo Passos Neto

O maior PIB da história brasileira, US\$ 445,8 bilhões, contabilizados em 1993, sem evitar a redução de 3,7% na renda per capita



nos últimos 13 anos (a elevação desse tipo de renda, no ano passado, foi anulada quando da análise dos resultados dos três primeiros anos desta década), desnuda parcialmente o surrealismo da nossa economia, sobretudo o da sua história recente.

Somos um país que já enviou 22 cartas de intenções ao FMI; que consegue crescer globalmente cultivando inflação endêmica (2.567,46% apurados também em 1993, pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas); que precisa, por sobrevivência, modernizar sua produção, mas convive com a ampliação compulsiva de uma carga tributária já escorchante, desmoralizadora da política fiscal monetária e sempre insuficiente para sanar o histórico déficit das contas públicas; que pratica o letal capitalismo antropofágico, saciado pelo dinheiro, não pela produção, respaldado fortemente na fantasia dos juros e não no caminhar constante da produção de bens; que costuma usar o sistema financeiro deturpadamente como fim e não como meio de alavancagem econômica; que abriga tantos conflitos distributivos. Estes concorrem fundamentalmente para descumprimento das propostas ao FMI (o que vale dizer, incapacidade de ordenamento econômico), para tornar desequilibrado o crescimento, para exacerbar a inflação, para cronificar o déficit orçamentário, para inviabilizar o planejamento de investimento a médio prazo, para afetar as relações do Governo com a iniciativa privada e não com o mercado financeiro entulhado por vasta coleção de títulos, por não satisfazer à demanda de finanças para industrialização, para intranquilizar os integrantes do processo produtivo, para emperrar a produtividade, para tolher o aprimoramento da mão-de-obra, para retardar a competitividade, para dificultar a ligação da economia interna com os parceiros internacio-



nais, enfim, para distanciar a atividade econômica de seu objetivo primordial, que é o de proporcionar bem-estar. Certamente por esses e outros defeitos de modelo (com o perdão pela inexactidão do termo quando aplicado à economia brasileira) tem-se amargado reveses nas tentativas de conter a proliferação da pobreza e intensificação da dívida social.

Longe de significar indicativo seguro de novo rumos econômicos, o PIB celebrado como o de mais volumosa soma de dinheiro não é sequer o de maior aumento percentual. Os 4,96% do ano passado em relação a 92 são evidentemente

A concentração do crescimento precisa ser substituída pela sua pulverização

mais animadores do que a elevação média de 1,74% registrada nos últimos três anos, porém são acanhados diante da taxa média anual de crescimento de 8,7%, alcançada de 1971 a 1980. Traduzida apenas pelos números, independentemente da distribuição de riquezas; o empobrecimento da população é decorrente do fato de a natalidade expandir-se mais que a produção física do país. Estruturalmente, agrega-se ainda o

complicador de ser a intensificação produtiva desordenada, pois aloja-se em alguns segmentos e praticamente inexistente em outros.

A concentração do crescimento precisa ser substituída pela sua pulverização, pela diminuição dos descompassos de performances setoriais. Essas modificações harmônicas podem ser induzidas por políticas governamentais de incentivos, amparadas por legislações sem ranços corporativos, lúcida e factível à realidade macroeconômica brasileira, na qual, não custa lembrar, sobressai-se um universo de empresas de portes micro e pequeno. Tão importante como reduzir as dimensões do Governo, essa intervenção (que é própria da capacidade do Executivo e do Legislativo como indutores do processo econômico) pode redirecionar as fontes de capitalização da iniciativa privada, arrefecendo a transferência de ganhos para setores oligopolizados, consequentemente clareando perspectivas de diversificação de investimentos. Por sua vez, a viabilidade desse descortinar passa necessariamente pela reorganização financeira do país, tarefa que não se esgota na instituição de um indexador-âncora como a URV, mesmo dotado de poderes mimetizáveis tendendo a chegar à condição de moeda.

A substituição de padrão

monetário é normalmente resultante do encontro de uma série de variáveis e não consequência de medida provisória, ou instantânea criação laboratorial, ainda mais nas circunstâncias desfavoráveis de uma sangria inflacionária. Quando muito, essa iniciativa, que não é desprezível por si mesma, reconheça-se, poderá, se bem administrada em seus desdobramentos, dar partida à formulação de novo arcabouço monetário. A partir daí será consistente a pretendida reforma fiscal, a diminuição do custo do capital, o redirecionamento das funções do conglomerado financeiro, a intensificação do uso do dinheiro para viabilizar o incremento produtivo e a convergência de diversos vetores para a estabilização da economia.

Fora desses parâmetros, as medidas com fito estabilizador se esvaíam na superficialidade, terão duração fugaz e produzirão, por tempo bem maior, seqüelas indesejáveis de tal modo que resultados como o do PIB de 1993 não refletirão com inteira fidelidade o retrato da economia, porque não foi produzido nem está sendo partilhado pela expressiva maioria dos agentes. Assim, ficará mais difícil associar riqueza à justiça social.

Angelo Passos Neto é jornalista e editor de Economia de A GAZETA